



<https://doi.org/10.51234/aben.23.e21.c15>

BOAS PRÁTICAS EM SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROTEÇÃO A MULHERES E CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

BOAS PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EXPERIÊNCIAS DE UM GRUPO DE PESQUISA

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca¹ ORCID: 0000-0001-9440-0870

Lucimara Fabiana Fornari¹ ORCID: 0000-0002-8655-6549

¹ Universidade de São Paulo (USP)

Autora Correspondente

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca
rmsgfon@usp.br

INTRODUÇÃO

Para Egrý⁽¹⁾, “preconizar as Boas Práticas [de Enfermagem] é, sobretudo, visar à melhoria da qualidade da assistência e à manutenção de princípios e pressupostos orientadores da conduta profissional em diferentes âmbitos de atuação. É prezar por uma assistência que envolva técnicas e procedimentos metodológicos com efetividade comprovada, adequada ao meio em que se insere, à população alvo, aos recursos e aos agentes envolvidos”.

Com base no exposto, as Boas Práticas de Investigação em Enfermagem, visam à construção sistematizada do conhecimento por meio de princípios, técnicas e procedimentos metodológicos orientadores da pesquisa científica, sobretudo, a partir do recorte de objetos de pesquisa compatíveis com o atendimento das necessidades da população e visando à melhoria das suas condições de vida e saúde.

Assim, o processo de trabalho em investigação deve ser guiado por uma finalidade clara que remeta à prática de enfermagem norteadora por princípios ético-científicos e valores que constituem o *ethos* da profissão. Não basta investigar, é preciso que o processo e o produto da investigação transformem positivamente tanto investigadores como investigados, na direção requerida pelas condições objetivas da realidade, como ponto de partida para a construção de um mundo mais favorável para todos.

Neste capítulo, serão abordadas algumas considerações sobre a violência contra mulheres e crianças seguidas do relato de experiências relacionadas à produção científica do Grupo de Pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem (GSE), do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem de São Paulo. Em mais de três décadas de existência, a produção do referido grupo tem sido considerável para a construção do conhecimento de Enfermagem em Saúde Coletiva, principalmente, no que concerne ao emprego da categoria gênero⁽²⁾ e, mais recentemente, geração, para a compreensão dos fenômenos sociais, em especial, os das vidas das mulheres.

Nesse âmbito, o GSE tem se dedicado ao desenvolvimento e compartilhamento de Boas Práticas de Investigação (BPI) a fim de formar pesquisadores para o processo de trabalho em pesquisa, em todas as suas fases,

inovando na abordagem do objeto de pesquisa e o aprimoramento da coleta, do tratamento e da análise dos dados, na modalidade da pesquisa qualitativa.

A VIOLÊNCIA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Atualmente, a violência é abordada como um problema de saúde coletiva, pois para qualquer intervenção eficaz é necessário um olhar sobre o coletivo, verificando qual o contexto em que a pessoa está inserida. Também são consideradas as características e individualidades de cada grupo ou estrato populacional. Sob esse ponto de vista, a compreensão do processo saúde-doença é mais clara e ampla, pois não centraliza a atenção apenas no problema, mas avalia todo o contexto em que a violência ocorre e como ela é determinada. O grande desafio da saúde coletiva é justamente espalhar essa concepção mais abrangente que integra as políticas sociais, as condições de vida e, também, a sensibilidade para a riqueza e a diversidade cultural.

Dentre os fenômenos da vida das mulheres determinados pelo gênero, a violência apresenta-se como um aspecto perverso por ser determinada pela desigualdade expressa em relações de poder que são traduzidas em relações de dominação. Quando praticada contra a mulher – adulta, adolescente ou criança – assume certas particularidades. Por resultar de relações de gênero e geração, na grande maioria dos casos, o agressor é alguém adulto, predominantemente do sexo masculino, que mantém ou manteve relação de afeto com a pessoa agredida, contraditoriamente, compartilhando com ela sentimentos, sonhos e prole. Em geral, é parceiro afetivo-sexual, cônjuge atual ou anterior e, no caso das crianças, pai, padrasto, tio ou outro membro da família parental ou afetiva⁽³⁾.

A violência contra as mulheres e as crianças é considerada o resultado de relações de dominação construídas ao longo da história pelas desigualdades de gênero e geração, naturalizadas por meio da ideologia de dominação masculina e adultocêntrica. Manifesta-se de diferentes maneiras e é um fenômeno que perpassa sociedades, tempos históricos, classes sociais e raças-etnias⁽³⁾.

As raízes do problema encontram-se na estruturação da sociedade e o lugar que as pessoas ocupam nela; na construção histórica dos padrões de gênero, geração, classe social e raça-etnia; na consequente produção e reprodução de conteúdos ideológicos veiculados pela consciência social através das mídias, religiões, educação, arte, entre outros; e também na participação das pessoas, em especial aquelas sobre as quais incidem as maiores consequências das desigualdades sociais, no enfrentamento do problema. Há que se considerar que outros atributos como a cor da pele, a origem étnica e a classe social também determinam, em articulação, as situações de violência.

Especialmente nos últimos 10 anos, o Grupo de Pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem tem desenvolvido estudos com a finalidade de promover o enfrentamento da violência contra mulheres - crianças, adolescentes e adultas. Além de pesquisas de abordagem empírica, realizadas com as mulheres e os profissionais que atuam no atendimento da violência, também têm sido estudados outros temas, como os conteúdos veiculados pela mídia por considerar que se trata de um espaço público fundamental para a formação de imaginários, representações, hierarquias e identidades. Conforme os significados atribuídos aos conteúdos veiculados, pode haver reiteração de concepções históricas que reforçam os padrões sexistas na sociedade⁽⁴⁾ ou a reflexão qualificada para dar visibilidade e subsidiar o enfrentamento das questões de gênero e geração.

A perspectiva de gênero é uma abordagem que considera a diversidade dos processos de socialização de homens e mulheres. Tal compreensão do mundo pressupõe que todos os fenômenos sociais sejam produtos da ação humana e possam ser por ela transformados. Essa compreensão se contrapõe ao entendimento do enfoque hegemônico, clássico, cujo modo dominante de explicar as relações sociais de gênero tem base na historicidade das instituições e dos modos de vida social que permitiram a explicação do universo feminino através de uma abordagem sobretudo biológica. Essa interpretação atende a interesses sociais dominantes cujas consequências impactam a vida de relações dos seres humanos, tanto no plano individual quanto no coletivo, distanciando a mulher das possibilidades de emancipação social.

Além do gênero, outra categoria que tem sido utilizada para a compreensão da violência é a geração. A infância, compreendida como categoria geracional, é construída historicamente em relação ao contexto político, econômico e em articulação com as demais categorias: classe social, etnia e gênero. A geração da infância está em contínua transformação, tanto pela entrada e saída de seus atores, como pela interação com o contexto social. A separação das crianças do mundo dos adultos e a institucionalização delas nas escolas configurou a hodierna construção da infância⁽⁵⁾.

Assim, “[...] a sociologia da infância propõe-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada. A infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social [...]”⁽⁵⁾.

INVESTIGAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS:

1. ESTUDOS UTILIZANDO MATERIAL EMPÍRICO OBTIDO NAS MÍDIAS DIGITAIS

Conforme dito anteriormente, o Grupo de Pesquisa GSE tem se dedicado a estudar o fenômeno da violência contra as mulheres e crianças, com a finalidade de dar visibilidade aos temas e, também, inovar na forma de recortar o objeto de investigação e os procedimentos metodológicos, entre os quais, encontram-se as pesquisas que utilizam mensagens das mídias digitais como material empírico.

Durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a ascensão do número de casos de violência contra a mulher registrados no Brasil, o GSE desenvolveu o projeto de pesquisa intitulado “Violência contra a mulher em tempos de pandemia: situação geral, concepções e estratégias de enfrentamento”, com o objetivo de analisar como as mídias digitais retratavam a violência contra as mulheres no início da pandemia da COVID-19 no Brasil e conhecer estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher divulgadas pelas mídias digitais neste período⁽⁶⁾.

Para tanto, foi realizado um estudo documental, exploratório e descritivo de abordagem qualitativa. Os dados foram coletados em quatro fontes de dados: a) notícias publicadas em dois portais virtuais e dois jornais de circulação nacional; b) comentários publicados na rede social Twitter; c) informações publicadas nas páginas oficiais do Governo Federal, do Distrito Federal e dos 26 estados brasileiros; d) informações publicadas em quatro páginas vinculadas ao movimento de mulheres. Os dados foram coletados entre 11 de março e 30 de abril de 2020 por meio de instrumento semiestruturado. As notícias e os comentários selecionados foram submetidos à análise de conteúdo temática por meio do *software* de análise qualitativa webQDA.

A amostra do estudo foi constituída por 150 notícias dos portais virtuais e jornais, 499 comentários do Twitter, 45 publicações dos portais governamentais, 42 publicações dos portais não-governamentais e 33 casos de violência contra a mulher.

O estudo revelou o aumento dos casos de violência contra a mulher no nível federal e o crescimento dos casos de feminicídios nos Estados já no início da pandemia de COVID-19. Para as mulheres, o domicílio tornou-se lugar de perigo e insegurança, pelo aumento do tempo de convivência com os autores das agressões. Além das mudanças na vida privada, a pandemia acarretou mudanças na vida pública das mulheres, principalmente, no que se refere ao setor econômico, educacional e de saúde. Constatou-se, por meio do conteúdo veiculado pela mídia, que a pandemia proporcionou um cenário favorável para a perpetração da violência contra a mulher⁽⁷⁾.

Os resultados do estudo também evidenciaram por meio de 33 relatos de violência contra a mulher que os principais autores das violações foram pessoas conhecidas pelas vítimas (maridos, namorados, companheiros e ex-maridos). Dentre os tipos de violência, houve o predomínio da violência física manifestada pelo uso da força, de arma branca e de arma de fogo, destacando-se o domicílio como local de perpetração. Observou-se

que a mídia tratou a violência como um fenômeno unicausal e linear, tendo como causa o distanciamento social e como efeito a violência contra a mulher. Porém, apesar de os casos veiculados associarem a ocorrência dos eventos violentos ao período do distanciamento social, em somente uma reportagem a mulher havia sido violentada pela primeira vez durante a pandemia de COVID-19⁽⁸⁾.

No que se refere ao enfrentamento da violência contra a mulher no início da pandemia de COVID-19, o estudo identificou três tipos de estratégias: estratégias adotadas para comunicação com as mulheres, estratégias adotadas pelos serviços de atendimento e estratégias para informar a população. Para a comunicação com as mulheres, foram citados canais telefônicos, aplicativos, páginas eletrônicas, sistemas computacionais de inteligência artificial e mapeamento. Dentre os serviços de atendimento adaptados ao contexto da pandemia, destacaram-se os serviços de acolhimento e de atendimento psicológico, a patrulha Maria da Penha, a delegacia civil, os sistemas de justiça e legislativo. Para informar a população sobre a problema, foram propostas cartilhas, campanhas, *lives*, orientações em condomínios, grupos de apoio, transporte gratuito, projetos de extensão universitária e programas solidários⁽⁶⁾.

Outro estudo utilizando como fontes de dados as mensagens veiculadas nas mídias demonstram nitidamente o protagonismo destas na construção do ideário social sobre fenômenos que cercam a vida das mulheres. Um desses temas foi um estudo sobre aborto legal na infância⁽⁹⁾.

Os objetivos foram identificar e interpretar à luz das categorias gênero e geração as contradições contidas em reportagens da imprensa escrita brasileira sobre caso envolvendo uma vítima de violência sexual e consequente aborto legal, caso este intensamente retratado nos meios de comunicação à época do seu acontecimento. Tratava-se do caso de uma menina de 10 anos de idade, vítima de violência sexual praticada pelo tio no espaço doméstico, desde os seis anos de idade. O caso teve grande repercussão na imprensa brasileira quando a gravidez foi diagnosticada e a vítima optou pelo aborto legal.

A discussão sobre o acesso ao aborto legal no Brasil é primordial para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas. No caso dessas últimas, é premente a ampliação do conhecimento sobre os meandros da interrupção da gravidez na infância e na adolescência, uma vez que o fenômeno reúne diferentes tipos de violações. Dessa forma, a análise do percurso de meninas vítimas de violência sexual para o acesso ao aborto legal é importante para o rompimento de barreiras que tornam suas jornadas ainda mais onerosas e sofridas, do que é inerente a um procedimento de exceção. O problema agrava-se nos casos em que há grande repercussão midiática, já que, em tempos de mundialização, as mídias constituem espaço de excelência para a produção e reprodução da consciência social. Este movimento mostra-se mais expressivo quando se trata de tema contundente como o aborto^(10,11).

Tratou-se de um estudo documental de abordagem qualitativa, fundamentado na Teoria da Intervenção Prática de Enfermagem em Saúde Coletiva. Os dados foram coletados por meio de 78 reportagens publicadas em dois jornais de circulação nacional no período de agosto a outubro de 2020, por meio de instrumento semiestruturado. O tratamento foi realizado por análise de conteúdo temática com o apoio do *software* webQDA.

Os resultados deste estudo desvelam as contradições identificadas no caso de uma menina brasileira, cujo direito à integridade física, psíquica e moral à não-violência está garantido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, na rota crítica para realizar o aborto legal, ela sofreu uma sucessão de violações de diferentes tipos, em diferentes contextos (família, serviço de saúde, rede de proteção à infância e Estado brasileiro), que dificultaram a concretização de seu direito e sua decisão pela interrupção da gravidez.

Apesar de amplamente defendida pela legislação, a infância mostrou-se extremamente enfraquecida diante da força dos discursos dos agentes públicos e de uma parcela dos profissionais a atenderam, todos adultos. A situação de violência sexual sofrida mostrou-se de menor importância quando comparada à criminalização do aborto. Não fosse a ação dos movimentos de mulheres e de outras instâncias de controle social, sua vida teria sido seriamente comprometida, ao contrário do que se espera numa sociedade que valoriza o futuro de suas gerações.

A utilização da imprensa escrita como fonte de dados mostrou-se potente para captar as diferentes percepções associadas à violência sexual e ao aborto legal na infância. Acredita-se que, de uma maneira geral, as mídias têm capacidade de influenciar e serem influenciadas pela opinião pública. Dessa forma, a pesquisa de abordagem qualitativa revela-se uma importante ferramenta para captar os discursos transversais aos conteúdos veiculados pelas mídias, a fim de identificar contradições que possam ser superadas por meio de ações interventivas na realidade objetiva.

2. ESTUDOS INTERVENTIVOS – PESQUISANDO E INTERVINDO NA REALIDADE AO MESMO TEMPO

Paralelamente ao uso da mídia, o GSE também tem se destacado no desenvolvimento de pesquisas interventivas, como é o caso da Intervenção Educativa Crítico-emancipatória por meio do Jogo Violetas: Cinema & Ação no enfrentamento da violência contra a mulher. A Intervenção Educativa (IE) consiste em uma Oficina de Trabalho Crítico-emancipatória, que é um método de investigação e intervenção estruturado na educação crítico-emancipatória e na epistemologia feminista. Está estruturada em quatro momentos: aquecimento, reflexão individual, reflexão grupal e síntese⁽¹²⁾.

A IE está dividida em duas sessões de três horas de duração cada. No primeiro momento da IE, os participantes são questionados sobre as expectativas prévias à atividade e realizam uma partida do Jogo Violetas. É um jogo de tabuleiro colaborativo e estratégico, constituído por quatro a oito jogadores, que representam personagens da rede de enfrentamento (educador, operador de direito, integrante de políticas públicas ou profissional de saúde, e cidadão do movimento de mulheres). No início da partida, cada jogador recebe uma carta-referência que indica a personagem e suas habilidades especiais. Todos os jogadores se movimentam entre as cidades do tabuleiro, distribuídas em cinco regiões, com a finalidade de cercar os casos de violência. O jogo é constituído por perguntas de múltipla escolha e dissertativas, fundamentadas em cenas de filmes que abordam temas relacionados às questões de gênero associadas à violência contra a mulher. As perguntas respondidas corretamente possibilitam o acúmulo de cartas para a aquisição de quatro *tokens* que garantem a vitória. As perguntas respondidas incorretamente aumentam as situações de violência nas cidades do tabuleiro e podem resultar na derrota da partida⁽¹³⁾.

No segundo momento da IE, cada participante escolhe uma pergunta do jogo que despertou a atenção e descreve as consequências do problema para as mulheres envolvidas. No terceiro momento, os participantes são divididos em grupos, apresentam as perguntas selecionadas e escolhem uma para elaboração de ações em resposta ao problema identificado no jogo e aplicado na realidade concreta. No quarto momento, é realizada uma plenária na qual são compartilhadas as ações propostas pelos grupos e analisadas as potencialidades e os limites para a implementação na prática profissional. Por fim, os participantes constroem um mural por meio de imagens selecionadas em revistas que avaliam a experiência da participação na IE.

A primeira experiência de implementação da IE foi realizada com 28 profissionais que atuavam nas três primeiras unidades em funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, localizadas em Brasília (Distrito Federal), Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e Curitiba (Paraná). Na ocasião, os participantes elencaram três pautas que requerem maior investimento: a desconstrução dos padrões sexistas, os riscos da pornografia e o respeito à diversidade sexual. Para tanto, sugeriram a divulgação do tema na comunidade por meio de campanhas, palestras e cartilhas, o atendimento individual e grupal às mulheres em situação de violência, e a qualificação dos profissionais que atuam no atendimento das usuárias.

A segunda experiência de implementação da IE foi realizada com 12 profissionais que atuavam nos serviços de saúde e assistência social do município de João Ramalho (São Paulo). Na ocasião, os participantes enfatizaram o respeito à diversidade sexual. Diante disso, sugeriram a abordagem do tema nas instituições de ensino nos níveis fundamental e médio, a elaboração de campanhas para a conscientizar a população do município de maneira geral, a proposição de rodas de conversa com professores, alunos e familiares.

Outra experiência de utilização de intervenção educativa foi levada a cabo junto a profissionais que atendiam mulheres em situação de violência em vários setores da Prefeitura Municipal de Jundiá, no Estado de São Paulo. Recebemos uma solicitação daquela Prefeitura para a qualificação de seus profissionais responsáveis pelo atendimento às mulheres em situação de violência, através do Jogo Violetas: Cinema & Ação no enfrentamento da violência contra a mulher. O primeiro contato foi realizado pela Assessora de Políticas para Mulheres, que teve conhecimento do jogo por meio de uma matéria publicada no jornal da Universidade de São Paulo. Manifestou o interesse e a necessidade de qualificar os profissionais envolvidos no atendimento das mulheres em situação de violência junto ao Município. O projeto concretizou-se em 2019, quando foram desenvolvidas as seguintes atividades.

Inicialmente foi realizada uma Oficina de Trabalho, com duas sessões de três horas de duração cada, para dois grupos de profissionais trabalhadores de diversas áreas da Prefeitura Municipal de Jundiá e instituições coligadas. Dado tratar-se de Oficina de Trabalho Crítico Emancipatória, incluiu coleta de dados e uma intervenção educativa sobre violência contra a mulher. Foram realizadas partidas do Jogo violetas seguidas de discussão sobre as principais questões detectadas durante o Jogo. Na primeira oficina participaram 34 e na segunda 26 profissionais, totalizando 60 participantes dos seguintes setores: saúde, educação, Guarda Civil Municipal, Patrulha Maria da Penha e segurança pública (Delegacia Especial de Atendimento a Mulheres).

Posteriormente, os profissionais, juntamente com a Assessoria de Políticas para Mulheres do Município, identificaram a necessidade de ampliar o atendimento às mulheres em situação de violência por meio da construção de uma rede de atendimento com participação dos diferentes setores e seguindo a mesma metodologia, ou seja, a partir da reflexão possibilitada pelo jogo Violetas. Para atender essa necessidade, foi elaborada e implementada uma outra Oficina de Trabalho visando à construção coletiva dessa rede. A oficina de trabalho foi composta por três sessões com três horas de duração cada e foi replicada para dois grupos de profissionais. No primeiro grupo participaram 24 profissionais e no segundo 28 profissionais, totalizando 52 participantes. Havia pessoas que tinham participado da primeira Oficina e outras não, o que, na visão tanto dos profissionais como das coordenadoras, não impossibilitou o trabalho coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos de investigações citados nesta seção, envolvendo o conteúdo veiculado pelas mídias digitais e a intervenção educativa por meio de material lúdico como o jogo, são potentes para a captação da expressão da violência contra as mulheres na realidade objetiva, para a compreensão dos potenciais de fortalecimento e desgaste para o atendimento das necessidades em saúde das mulheres em situação de violência, para a efetivação de políticas públicas nas dimensões singular, particular e estrutural da sociedade, e para a qualificação dos profissionais da rede intersetorial no atendimento das mulheres em situação de violência.

Do ponto de vista epistemológico, as boas práticas em investigação envolvendo intervenção ao mesmo tempo revelam a potência da modalidade pesquisa-ação para incrementar a geração e a transmissão do conhecimento. Espera-se, com isto, ampliar o leque de modalidades de investigação fazendo com que as boas práticas incorporem novas maneiras de recortar, pesquisar e intervir no objeto de estudo.

Quanto à metodologia, o uso de *software* mostrou-se potente para apoiar a análise de diferentes tipos de fontes de dados, principalmente no que se refere à codificação e ao gerenciamento dos dados. Contudo, cabe aqui uma consideração: reconhece-se que pesquisadores que pretendem utilizar a análise combinada precisam apresentar domínio sobre as diferentes técnicas de análise de dados, bem como sobre as funcionalidades do *software* a fim de obter melhor proveito da usabilidade.

No âmbito da produção do conhecimento sobre a metodologia qualitativa, os estudos detectaram a potencialidade do uso das ferramentas digitais para a seleção das publicações de maneira independente, transparente e auditável. Além disso, evidenciou a possibilidade de utilização da análise de conteúdo temática com o apoio do *software* webQDA para o desenvolvimento e, conseqüentemente, para a geração de sínteses

qualitativas. A utilização da ferramenta digital e do *software* foram importantes para otimizar o processo de pesquisa, bem como para reduzir o viés interpretativo da análise dos dados, ao propiciar o trabalho colaborativo entre as autoras dos estudos.

REFERÊNCIAS

1. Egrý EY. A Glance at the Good Practices of Nursing in Primary Care. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018 [cited 2023 Jan 16];71(3):930–1. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000300930&lng=en&tlng=en. DOI: 10.1590/0034-7167.2018710301.
2. Fonseca RMGS, Guedes RN, Zalaf MRR, Venâncio KCMP. The gender research in nursing production: contributions of the gender, health and nursing research group from the university of São Paulo School of Nursing. Rev Esc Enferm USP. 2011[cited 2023 Jan 16];45(Esp.2):1690–5. Available from: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/40889/44345>. DOI: 10.1590/S0080-62342011000800009.
3. Fornari LF, Fonseca RMGS. Prevenção e enfrentamento da violência de gênero por meio de jogos educativos: uma revisão de escopo. Rev Ibérica Sist e Tecnol Informação [Internet]. 2019[cited 2023 Jan 16];(33):78–93. Available from: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-98952019000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. DOI: 10.17013/risti.33.78-93.
4. Moura I. Guia Mídia e Direitos Humanos[Internet]. São Paulo: Intervezes; 2014[cited 2023 Jan 16]. 128 p. Available from: <https://intervezes.org.br/publicacoes/guia-midia-e-direitos-humanos/>.
5. Sarmiento MJ. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. Educ Soc [Internet]. 2005[cited 2023 Jan 16];26(91):361–78. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200003&lng=pt&tlng=pt. DOI: 10.1590/S0101-73302005000200003.
6. Fornari LF, Lourenço RG, Oliveira RNG, Santos DLA, Menegatti MS, Fonseca RMGS. Domestic violence against women amidst the pandemic : coping strategies disseminated by digital media. Rev Bras Enferm [Internet]. 2021[cited 2023 Jan 16];74(Suppl 1):e20200631. Available from: <https://www.scielo.br/j/reben/a/gVWKQ6LYc6hffHxknL7QD3p/?lang=en>. DOI: 10.1590/0034-7167-2020-0631.
7. Fornari LF, Menegatti MS, Lourenço RG, Santos DLA, Oliveira RNG, Fonseca RMGS. Violence against women at the beginning of the Covid-19 pandemic: the discourse of the digital media. Rev Min Enferm[Internet]. 2021[cited 2023 Jan 16];25:e-1388. Available from: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622021000100227. DOI: 10.5935/1415.2762.20210036.
8. Menegatti MS, Fornari LF, Santos DLA, Lourenço RG, Fonseca RMGS. Retratos da violência doméstica de gênero na pandemia da Covid-19. Comun Inovação[Internet]. 2020[cited 2023 Jan 16];21(47):158–75. Available from: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7236. DOI: 10.13037/ci.vol21n47.7236.
9. Fonseca RMGS, Fornari L, Egrý EY, Borges WD, Oliveira MAC, Elias ARR. Aborto legal na infância retratado pela imprensa escrita brasileira: perspectivas para o cuidado. Rev Baiana Enferm [Internet]. 2022[cited 2023 Jan 16];36. Available from: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/47345>. DOI: 10.18471/rbe.v36.47345.
10. Gomes FMT, Zucco LP. Aborto e mídia: um estudo a partir do feminismo decolonial. Zo Fr Rev del Cent Estud Interdiscip sobre las Mujeres, y la Maest Pod y Soc desde la Probl Género [Internet]. 2018[cited 2023 Jan 16];107–39. Available from: <https://zonafranca.unr.edu.ar/index.php/ZonaFranca/article/view/81>. DOI: 10.35305/zf.v0i26.81.
11. Belin LL, Rizzotto CC. Menos Estigma, Pouco Aprofundamento: Uma Análise de Enquadramento Noticioso sobre o Direito ao Aborto. Rev ECO-Pós [Internet]. 2021[cited 2023 Jan 16];24(1):159–87. Available from: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27609. DOI: 10.29146/ecopos.v24i1.27609.
12. Fonseca RMGS, Oliveira RNG, Fornari LF. Prática educativa em direitos sexuais e reprodutivos: a oficina de trabalho crítico-emancipatória de gênero. In: PROENF Programa de Atualização em Enfermagem: Atenção Primária e Saúde da Família: Ciclo 6. Porto Alegre: ARTMED; 2017. p. 59–120.
13. Pires MRG, Almeida A, Gottens LBD, Oliveira RN, Fonseca RMGS. Gameplay, learning and emotions in the board game Violets: Movie & action in confronting violence against women. Cien Saude Colet[Internet]. 2020[cited 2023 Jan 16]. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wqj8jkZY7pgmcsyqnGbvqy/abstract/?lang=en>. DOI: 10.1590/1413-81232021268.00902020.